

**O BRADO DE OXUM:
POSSIBILIDADES E CONTRADIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO POLÍTICA DA
ESCRITA DE CONCEIÇÃO EVARISTO**

Rafaela Kelsen Dias*

RESUMO: Em *Pode o subalterno falar?* (2010), Gayatri Spivak irá afirmar a impossibilidade de fala àqueles a quem é negado o mínimo acesso aos domínios do imperialismo cultural. No eco deixado pelos postulados de Spivak, vê-se configurada uma posição intrincada para a análise da escrita de Conceição Evaristo. Sendo um sujeito advindo de classes populares discriminadas, a autora é também Doutora em Letras. Logo, conquanto abrigue em sua fala demandas advindas das camadas mais subjugadas dos extratos sociais brasileiros, Evaristo tem também seu discurso fortemente ancorado no posto de intelectualidade a ela conferido. Assim, tomando como ponto de partida o limiar identitário no qual estão presos Evaristo e muitos dos expoentes da Literatura Afro-brasileira, este trabalho tem por objetivo refletir sobre uma questão maior: em que medida será possível ouvir incólume a voz de indivíduos marginalizados por meio de falas afrodescendentes que adentram os saguões da academia e que, paulatinamente, vinculam-se a lugares de enunciação privilegiados?

Palavras-chave: Conceição Evaristo. Subalternidade. Literatura Afro-Brasileira. Intelectualidade.

ABSTRACT: In *Can the subaltern speak?*, Gayatri Spivak claims that the possibility of speech is denied for people who are excluded from the domains of cultural imperialism. As we take into account Spivak's point of view, it becomes really intricate to read Conceição Evaristo's writing. While the author was raised in a low income community in Brazil, she has completed a doctorate of Letters. Henceforth, even though Evaristo's utterance intends to be a resonance of discriminated individuals' outcry, her voice is also strongly influenced by her intellectual status. Therefore, considering this identity threshold in which Evaristo and many other African Brazilian writers are located, this essay intends to discuss a central question: to what extent it is possible to identify marginalized voices in the African Brazilian writings that progressively become study objects in privileged social settings such as the universities?

Keywords: Conceição Evaristo. Subalternity. African Brazilian Literature. Intellectuality.

Introdução

O presente trabalho apresenta reflexões dispostas na dissertação de mestrado por mim defendida em agosto de 2015 pelo Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de

*Doutoranda em Letras: Estudos Literários na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em Letras pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: rafakelsen@gmail.com

São João del-Rei¹. Mais especificamente, abordamos aqui algumas das investigações estabelecidas no capítulo I e nas considerações finais daquela dissertação em torno do papel dicotômico exercido pelo intelectual/militante afrodescendente no âmbito acadêmico.

Tendo com o parâmetro de nossas discussões a produção literária e a atuação acadêmica da escritora Conceição Evaristo, apresentamos aqui como objetivo geral a busca por compreender o posicionamento liminar ocupado pelo intelectual negro nos contextos da produção acadêmica e militância pós-coloniais. Nesse sentido, como metas específicas, enumeramos: identificar o lugar de fala pretendidos por Conceição Evaristo e pelo nicho “literatura afro-brasileira”; analisar as inconsistências geradas a partir dessas pretensões e o papel intelectual exercido por Evaristo e seus pares dentro do universo acadêmico/literário e, finalmente, compreender as estratégias e posturas assumidas pela autora e seus congêneres a fim de escapar ou ressignificar os paradoxos advindos da posição ambivalente (duplamente marginal e privilegiada) de sua fala.

Acredita-se que as reflexões aqui entabuladas consistem em matéria relevante não só para os esforços relativos ao delinear de uma escrita consciente ou afro-orientada, mas também se manifeste como objeto convergente aos conflitos e dilemas gerados na pauta dos movimentos negro e feminista na contemporaneidade.

1 A subalternidade inscrita

Para além de todas as demarcações configuradas pelo seu pertencimento étnico-racial, suas origens sociais e seus vínculos culturais, Conceição Evaristo reiteradamente define o seu ofício como pertencente e associado ao projeto de constituição de uma literatura de matriz afrodescendente. Notavelmente, a mesma moldura na qual Evaristo enquadra a sua escrita é adotada por inúmeros estudiosos que se debruçam sobre sua obra. São significativas as referências

¹ A dissertação teve como título: *Igual a todas, diferente de todas: a re-criação da categoria “mulher” em Insubmissas lágrimas de mulheres, de Conceição Evaristo.*

feitas ao direcionamento étnico-racial de sua escrita, tanto em estudos dedicados à análise da literatura afro-brasileira² quanto nas pesquisas voltadas especificamente à sua obra³.

Não se pode esquecer também que diversos dos poemas da autora foram publicados na série *Cadernos Negros*, que desde 1978 traz “o projeto de uma nova identidade nacional a partir da literatura”⁴, apresentando, por meio da escrita de autores não celebrados pela literatura canônica, olhares vindos do íntimo da experiência e da consciência negra. De forma a corroborar o acondicionamento específico da obra de Evaristo, é preciso, por fim, mencionar que seus textos ficcionais e teórico-críticos têm já há alguns anos sido veiculados em círculos de debates literários internacionais e, particularmente, naqueles que concernem à atuação da mulher negra enquanto sujeito autoral⁵.

Todo esse panorama, obviamente, nos leva a refletir sobre as implicações do enquadramento de Evaristo como autora afro-brasileira para matérias como: as condições de seu fazer literário, as imagens e postulações que emergem de sua escrita, os lugares e condições de circulação e recepção de sua obra e, especificamente, as dimensões tomadas por esse lugar de fala na fundação do conceito mulher estabelecido em sua escrita.

Antes, porém, de indagarmos os corolários dessa escrita intensamente direcionada em seus apelos identitários, é preciso questionar os alicerces que amparam a noção de literatura afro-brasileira. Se é verdade, como o coloca Sartre, que “o escritor fala a seus contemporâneos, a seus compatriotas, a seus irmãos de raça ou de classe” (SARTRE, 2004, p. 56), cabe meditar: quem são os contemporâneos e irmãos de Evaristo no momento em que concebe a sua ficção? Ainda além, ao metaforizarmos a literatura enquanto território entrecortado por fronteiras culturais e ideológicas, será possível assegurarmos a existência de conterrâneos que possam tornar coerente a ideia de uma escrita afro-brasileira?

² Consultar *Literatura e Afrodescendência no Brasil* (2011), de Eduardo Duarte e Maria Nazareth Fonseca e *Literatura Afrobrasileira* (2006), de Florentina Souza e Maria Nazaré Lima.

³ Consultar as dissertações de mestrado *Uma escrita em dupla face: a mulher negra em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo* (2007), de Flávia Santos de Araújo; e *Costurando um tempo no outro: vozes femininas tecendo memórias no romance de Conceição Evaristo* (2011), de Adriana Soares de Souza.

⁴ Texto de apresentação. In: **Cadernos Negros 25**. Org. Quilombhoje. São Paulo: Ed. dos Autores, 2002. p. 13-14.

⁵ Ler, por exemplo: DAVIES, C. B. and OGUNDIPE-LESLIE, M. **Moving beyond boundaries**. International Dimension of Black Women's Writing. London: Pluto-Press, 1995. / ALVES, Miram and DURHAM, Carolyn R. **Finally US**. Contemporary Black Brazilian Women Writers. Edição bilíngue português/inglês. Colorado: Three Continent Press, 1995.

Infeliz ou felizmente, o questionamento acima é envolto pela mesma complexidade característica da noção de “afro-brasilidade”. O projeto expresso nesse conceito que une diversas práticas culturais concentradas em dois espaços geográficos, sendo um deles um continente e o outro detentor de dimensões continentais, revela não só as demandas impostas pela discriminação étnico-racial no presente, mas também pelas ideologias maquinadas e propagadas desde a instituição do Brasil Colônia. Como se sabe, a segregação imposta aos negros aportados em terras brasileiras traduzia por si só todo um ideal de superioridade vinculado às culturas de matriz europeia e à posição de subalternidade relegada àquelas de matriz africana. A opressão cultural dava-se em inúmeros níveis (o linguístico, o artístico, o intelectual, entre outros), mas, conforme nos esclarece Santos (2013), o tratamento criminalizante dado pelas autoridades coloniais às manifestações religiosas africanas ilustra, de forma singular, a violência imposta sobre o sujeito afro-diaspórico.

Já no século XIX, conforme nos indicam os registros históricos e culturais, tal inferiorização da figura do negro ganha contornos ainda mais intensos, não obstante a iminência da abolição da escravatura. Em um contexto no qual se tramam operações para a derrubada do império e no qual se tenta constituir um ideal de nação brasileira, o negro é obliterado por completo, cedendo ao índio em união com o europeu o seu lugar na concepção do homo brasiliensis. Em duas das obras literárias de maior expressão do romantismo brasileiro, *O Guarani* e *Iracema*, ambas de José de Alencar, por exemplo, constata-se a dinâmica afro-excludente do projeto de nação a partir de então delineado: mais do que forjar e propagar a imagem de um país mestiço, finalmente apartado de sua dependência europeia, a união de índios e europeus, representados por Peri e Ceci e Iracema e Martim, traz em seu bojo o apagamento do indivíduo negro da história do Brasil e, conjuntamente, o esmaecimento de toda vergonha e horror intrínsecos à escravidão negra. Como elucidada Conceição Evaristo ao retomar ensaio de José Maurício Almeida sobre a manifestação da temática da mestiçagem na literatura brasileira:

(...) mesmo o português sendo justamente o símbolo contrário à exaltação nacionalista, por meio do encontro com o índio ele recupera, ou melhor, afirma o seu papel de fundador da pátria. Ao lado do nativo americano que organicamente estava ligado à terra, o colonizador acaba também por ser reconhecido em seu papel de mito fundante da nação. Em hipótese alguma, “nem em termos líricos idealizados, como ocorre com o índio de Alencar, o negro é associado à gênese do brasileiro”. (EVARISTO, 2009, p. 5)

Ao final dos oitocentos, com a importação de ideais eugenistas, desenvolvidos a partir da publicação de *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin, a miscigenação, já representada por uma perspectiva parcial no projeto romântico brasileiro, passa a ser completamente rechaçada, especialmente pelo discurso científico nacional. A título de ilustração de tal mentalidade, basta analisar os famosos escritos do médico Nina Rodrigues, que defendia, entre outras medidas segregativas, a elaboração de códigos penais distintos para brancos e negros, dada a evidente gradação intelectual e moral entre os indivíduos das duas “raças” (NINA RODRIGUES, 1938). Assim, no alvorecer do período republicano, o “cruzamento das raças” é abominado e o indivíduo mestiço (principalmente aquele de ascendência africana) metaforizado como símbolo da propensão ao fracasso, à indolência e à falta de civilidade da nação brasileira.

Claramente, todo o imaginário nacional e internacional sustentado atualmente em torno do Brasil (país miscigenado, multicultural e reino da democracia entre raças) demonstra que os ideais eugenistas não perduraram, pelo menos não como discurso-oficial, na sociedade brasileira. A grande virada de pensamento no que se refere às questões étnico-raciais do Brasil é nomeadamente promovida com a publicação do estudo sociológico *Casa-Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. Na obra, através da metáfora da Casa-Grande (espaço em que se aglomeram e convivem homens e mulheres, senhores e escravos), Freyre procura superar as análises da formação da sociedade brasileira por meio de parâmetros raciais, propondo a partir de então uma perspectiva pautada no paradigma cultural. O grande ponto da argumentação do autor é a compreensão positiva do processo de miscigenação, apontando-o como aspecto chave para a suposta harmonia aqui instituída entre indivíduos pertencentes a distintos extratos étnicos e sociais.

Todavia, ainda que tivesse por intenção a inclusão do elemento negro na concepção de uma identidade nacional, não se pode ocultar o ranço deixado por esse ideal democrático racial forjado em *Casa-Grande e Senzala*. Entre outros aspectos, a obra inaugura o movimento de um racismo dissimulado, que se esconde por detrás da noção de cordialidade brasileira, mas que se comprova pelos insistentes índices da marginalização afrodescendente.

Prova da perduração dessa realidade será, por exemplo, o Relatório sobre a situação social da população negra, publicado pelo IPEA em 2014. O documento indica que “apesar do evidente avanço nas condições de inserção econômica e social, ainda persistem os diferenciais que colocam os negros em desvantagem, comparativamente aos brancos, em todos os indicadores analisados” (IPEA, 2014b, p. 12). Entre outros números, a pesquisa revelou que apenas 9,4% da população

negra teve acesso a doze anos ou mais de estudo, comparativamente a 22,2% da população branca, e que a porcentagem de negros com acesso ao Ensino Superior ainda era menor que a metade relativa àquela dos brancos em 2012.

Nesse sentido, ainda que se tente argumentar por uma multiplicidade ou volatilidade étnica em nosso país, as práticas de discriminação, quase que exclusivamente direcionadas a uma única parcela da população (negros e pardos), evidenciam, por si sós, a existência de um perfil afro-brasileiro. Se o “o poder é produtivo de individualidade” (FOUCAULT, 1993, p. XIX), a ancestral exclusão do indivíduo negro também funda, em nossa sociedade contemporânea, a subjetividade desse indivíduo.

Crendo, portanto, na tangibilidade desse local de fala (a afrodescendência brasileira), pode-se, a princípio, argumentar sob a possibilidade da literatura (e da literatura afro-brasileira especificamente) enquanto *locus* de enunciação de um sujeito social engajado a determinado projeto político. Afinal, a literatura não configura uma exceção em tempos nos quais se nega continuamente a transparência do discurso. Apesar de ainda hoje vislumbrada por olhares kantianos, que a defendem como entidade autônoma enquanto arte, a escrita literária é efetivamente parte constituinte da rede de poder anunciada por Michel Foucault (1993) e, nesse sentido, institui-se como força ativa na fundação dos sujeitos que figuram em tais relações.

Apesar de amplamente difundidas na atualidade, tais concepções do poder na qualidade de força positiva e do discurso enquanto reflexo de intrincadas realidades sociais não indicam propriamente os mecanismos a serem empregados a fim de expor e até mesmo contrapor as relações de poder intrínsecas ao discurso *lato sensu* e ao discurso literário em caráter particular. Se procuramos traçar os contornos dessa rede de poder por meio dos rastros deixados pelo sujeito que concebe o discurso, o seu autor, por exemplo, é o próprio Michel Foucault quem vem nos indicar a inviabilidade de tal empreendimento. Para ele, “o sujeito que escreve despista todos os signos de sua individualidade particular; a marca do escritor não é mais do que a singularidade de sua ausência; é preciso de que ele faça papel de morto no jogo da escrita” (FOUCAULT, 2009, p. 268).

De forma similar, a propensão a identificar sinais biográficos em obras literárias, a fim de desvelar as suas correspondências político-sociais, é também atravancada pelo pensamento de Roland Barthes, que aponta a busca pelo sujeito autoral como política elitista e hegemônica. Contrário à concepção de autor como entidade que precede o texto e que lhe confere sentido final, Barthes (2004, p. 57) irá indicar que “a escrita é a destruição de toda a voz, de toda a origem”.

Reconhecidamente, todas essas pontuações de Foucault e Barthes, desde a sua fundação, irão perpassar não só a crítica, mas também o fazer literário. O sujeito na contemporaneidade, seja em sua forma representada na ficção, seja na figura daquele que concebe o discurso ficcional (o autor), é continuamente pensado como entidade pulverizada.

Não obstante, o entendimento de escrita que julgamos perpassar a obra de Evaristo, bem como a de grande parte dos autores afro-brasileiros — a escrita enquanto meio de expressão de um sujeito condicionado por suas relações e engajamentos sociais — passa pela manifestação na história recente da literatura de um fenômeno o qual Diana Kingler (2006), embasada nos apontamentos de Hal Foster, identifica como o “renascimento do autor”. Para Kingler, o autor dos tempos atuais é um dos primeiros agentes a jogar com a própria imagem, demarcando o seu lugar de fala de tal sorte que na contemporaneidade torna-se incontestável a *importância de se saber quem fala*.

De forma específica, entende-se que as literaturas das minorias compreendem e valem-se singularmente desse poder de reflexão político-identitária inerente à escrita ficcional enquanto registro biográfico. Se a escrita de si também pode ser entendida como a “constituição de si” (FOUCAULT, 2004, p. 149), ao relatar as experiências de um conjunto social, esses textos aos quais nos referimos também trabalham na instituição de uma coesão (ideológica ou experiencial) do coletivo em foco, em suma, de sua consciência.

Nesse sentido, ao vislumbrarem-se obras de autores ligados especificamente ao nicho “literatura afro-brasileira”, pode-se verificar de fato a tenaz referência à realidade que caracteriza, via de regra, o cotidiano do negro no Brasil. Efetivamente, quando apreciamos a produção literária de Evaristo, averiguamos uma forte motivação político-social. Tal especificidade pode ser compreendida por meio da própria trajetória de vida da autora. Nascida em uma favela na zona sul de Belo Horizonte, a escritora trabalhou alguns anos como empregada doméstica e só após muitos sacrifícios conseguiu prosseguir sua formação escolar. Na realidade, a análise da escrita evaristiana evidencia uma contínua tentativa de inscrever tais marcas sociais e biográficas. Para a autora, fixar seus rastros autorais é uma conduta não só inevitável, mas também substancial à atuação de escritores que não falam a partir da literatura canônica. Conforme enfatiza em entrevista concedida a Eduardo Assis Duarte:

O ponto de vista que atravessa o texto e que o texto sustenta é gerado por alguém. Alguém que é o sujeito autoral, criador/a da obra, o sujeito da criação do texto. E, nesse sentido,

afirmo que quando escrevo sou eu, Conceição Evaristo, eu-sujeito a criar um texto e que não me desvencilho de minha condição de cidadã brasileira, negra, mulher, viúva, professora, oriunda das classes populares, mãe de uma especial menina, Ainá etc. (EVARISTO apud DUARTE; FONSECA, 2011a, p. 115)

Notadamente, a pulsão de inscrição social imanente à escrita de Evaristo coaduna-se ao projeto político geralmente vinculado às literaturas de matriz afrodiaspórica. Especialmente no contexto nacional, muitos escritores e críticos comprometidos com o movimento negro e as políticas de inclusão social têm associado-se no esforço de consolidar e difundir um espaço para a literatura afro-brasileira. Embora ainda haja muitas controvérsias sobre a base conceitual desse gênero de escrita, nos termos de Duarte (2011), entre as características abalizadoras de uma escrita afro-brasileira estão:

Uma voz autoral afrodescendente, explícita ou não no discurso; temas afro-brasileiros; construções linguísticas marcadas por uma afro-brasilidade de tom, ritmo, sintaxe ou sentido; um projeto de transitividade discursiva, explícito ou não, com vistas ao universo recepional; mas, sobretudo, um ponto de vista ou lugar de enunciação política e culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo. (DUARTE, 2011, p. 385)

Dessa forma, percebe-se, sobretudo, que essa literatura, ao ocupar o universo literário, ocupa-se simultaneamente das questões que perpassam o cotidiano do negro no Brasil. Em especial, tratam das discriminações, dos preconceitos e do racismo inculcado no seio da sociedade ali representada.

Visto que grande parte desses autores identifica-se como pertencente ao conjunto da população afrodescendente, diversas vezes coloca-se como dado predeterminado a sua legitimidade para retratar as experiências elegidas em seus textos ficcionais. A sua origem, via de regra, marginal à sociedade, consistiria então em uma credencial de sua fala. A experiência da subalternidade, mesmo que passada ou relativizada no presente desses autores, daria aos mesmos a legitimidade de falar para e mesmo pela população afrodescendente.

Tal argumentação, quando analisada pelo viés dos estudos subalternos, pode tornar-se, todavia, alvo de reelaborações. Como se sabe, em *Os intelectuais e o poder*, Michel Foucault e Gilles Deleuze afirmam o caráter acessório do intelectual no que tange ao saber e à expressão das massas. Para os autores o papel do intelectual, hoje, não é mais colocar-se como porta-voz da “muda verdade de todos” (FOUCAULT, 1993, p. 71), mas justamente combater as instâncias de poder em que se pretende veicular tal verdade.

Discordando do olhar dos autores franceses e denunciando, inclusive, o papel efetivo da intelectualidade ocidental na manutenção da subalternidade do sujeito não europeu, Gayatri Spivak, em *Pode o subalterno falar?* (2010), irá afirmar a impossibilidade de fala àqueles a quem é negado o mínimo acesso aos domínios do imperialismo cultural. Sem negar a existência de clamores advindos das camadas subalternas, o que a autora irá identificar como fator problemático é a inexistência de diálogo entre os espaços hegemônicos e aqueles que lhe são submissos:

Para o “verdadeiro” grupo subalterno, cuja identidade é a sua diferença, pode-se afirmar que não há nenhum sujeito subalterno irrepresentável que possa saber e falar por si mesmo. (SPIVAK, 2010, p. 60-61)

No eco deixado pelos postulados de Foucault e Deleuze e em sua contestação por Spivak, vê-se configurada uma posição intrincada para a análise da escrita de Conceição Evaristo e dos pares que a acompanham na concepção de uma literatura também pautada no projeto de conscientização étnico-racial. Considerando-se que hoje os escritos de Evaristo, paulatinamente, tomam lugares de debate privilegiados no contexto acadêmico brasileiro e que a própria autora, Doutora em Letras, é membro constituinte desses espaços de falas legitimadas, pode-se de fato conceber que o subalterno fala por meio de sua voz?

Para responder à questão colocada anteriormente, em nosso estudo recorreremos, sobretudo à análise dos ensaios teóricos produzidos pela autora em torno da escrita afro-brasileira e também dos contos presentes na antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011). Nessa antologia, composta de treze contos, tem-se a representação contínua da figura feminina e negra, bem como de seus esforços para superar as discriminações sociais. Todavia, embora gênero e raça aqui sejam os pilares sobre os quais Evaristo constrói uma perspectiva da exclusão social, na antologia também são problematizadas as formas como esses dois referenciais identitários oscilam quando tecidos a outros eixos de subalternidade como a velhice, a deficiência física, o homossexualismo, entre outros.

Mais do que buscar pistas das marginalizações ou privilégios refletidos pela autora em seus textos teóricos e ficcionais, busca-se compreender as formas como a escrita de Evaristo reflete a tônica ambivalente de sua fala. Como Conceição Evaristo procura retratar a experiência cotidiana da mulher negra no Brasil? A autora entenderá essa retratação como reflexo límpido de sua própria vivência? De que maneira a inscrição de experiências subalternas em meios privilegiados como a escrita literária e acadêmica duplamente subvertem e corroboram o lugar original de fala de Evaristo? Essas são algumas das questões que discutimos a seguir.

2 Falas ressignificadas: o brado de Oxum

No depoimento que realiza durante o V Colóquio Mulheres em Letras, promovido pela Faculdade de Letras da UFMG, em 2013, Conceição Evaristo narra aos presentes um dos mitos de Oxum e, a partir disso, apresenta-nos indícios do direcionamento político que a sua escrita pretende empregar tanto em relação às minorias sociais quanto em relação aos escopos da arte literária.

No desenrolar da narrativa da autora, somos dados a conhecer que Oxum, originalmente, era uma mulher muito pobre, que trabalhava em uma feira vendendo artigos diversos. Em frente à praça onde se estendia a feira, avistava-se o palácio do rei. Extenuando-se todos os dias em um trabalho que não a demovia de sua condição miserável, Oxum revolta-se ao mirar o palácio e o monarca, que prosperavam sem esforço algum. Diante de sua indignação, a orixá decide procurar Ifá, “o dono do segredo”, aquele que “decifra o jogo da vida das pessoas” (EVARISTO, 2013). Ao revelar ao oráculo seu aborrecimento diante da injustiça que se configurava na condição de pobreza por ela vivida e no status de ostentação sustentado pelo rei, a heroína é aconselhada a levar um cesto de presentes para aquele que tanta ira lhe causava.

Ainda que um pouco desconfiada e confusa, Oxum prepara o cesto indicado por Ifá e dirige-se à corte. Assim que avista o palácio, no entanto, ela não mais suporta a irritação que há muito carregava e passa a esbravejar: “Olha só! Eu, que trabalho tanto, não tenho nada, e aquele rei, que não faz nada, está coberto de riqueza?” (EVARISTO, 2013). Ao bradar, repetidamente, a mesma fala, Oxum chama a atenção do rei, que envia alguns de seus vassalos à praça, para compreender a comoção causada por aquela mulher. Descobrimo a verdadeira motivação da indignação de Oxum, o monarca pede a seus subordinados que levem um pouco de seu ouro àquela que vociferava, a fim de calá-la. Em detrimento do ouro recebido, a mulher persistirá em seu protesto: “Eu, que trabalho tanto, não tenho nada, e aquele rei, que não faz nada, está coberto de riqueza?” (EVARISTO, 2013). E quanto mais Oxum queixava-se, mais ouro o rei lhe enviava, na esperança de silenciá-la. À medida que aquele brado ecoava, outras mulheres negras aproximavam-se, irmanando-se em coro com Oxum e, progressivamente, destituindo o rei de sua tranquilidade despótica. Concluindo essa narrativa, Conceição Evaristo sentenciará:

E, assim, Oxum tornou-se a dona do ouro. E não só a dona do ouro, como também uma espécie de porta-voz das mulheres. E é assim que eu gostaria de construir a minha literatura: que ela pudesse ser porta-voz das vozes das mulheres negras. (EVARISTO, 2013)

Ao vislumbrar a produção literária de Evaristo, sua inserção no meio acadêmico e o reconhecimento que já sustenta no contexto da crítica literária nacional, somos impelidos a questionar: terá Evaristo alcançado o intento acima exposto? Se, para Spivak (2010), no momento em que consegue emitir a sua fala, o subalterno não mais ocupa um posto de subalternidade, em que instância será possível considerar o discurso de Conceição Evaristo como veículo legítimo das postulações hoje advindas das minorias étnico-raciais?

Conforme já destacado, na crítica especializada defende-se, reiteradamente, o direcionamento político-inclusivo da obra artística e intelectual da autora. Destacamos que em seus escritos ficcionais e, particularmente, na antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres*, dois dos sujeitos mais degradados no contexto das relações de poder (mulheres e negros) são transportados de uma posição excêntrica para tornarem-se temática nuclear dos enredos. Esclarecemos também que Conceição Evaristo foi, e é, de fato, personagem de muitos dos eixos de exclusão por ela retratados em seus textos ficcionais.

Espectros das experiências de opressão vividas por Evaristo ou pelas mulheres de seu convívio social e familiar poderão ser notados, por exemplo, na história de personagens como Lia Gabriel e “Aramides Florença”, vítimas de violência doméstica; Regina Anastácia e Isaltina Campo Belo, humilhadas pela paradigma de hipersexualidade negra e Rose Dusreis, interdita inúmeras vezes, na escola e em sua vida profissional, ao tentar progredir. Paralelamente, a mesma resistência que notabiliza a trajetória de Evaristo será refletida nos atos de emancipação e conquista vivenciados, a duras penas, por todas essas personagens: “Mas nem as dores, as violências sofridas nessa época de infância, cuja compreensão me fugiam, tiveram a força de me fazer desistir. A cada dificuldade que me era apresentada, a minha determinação crescia, apesar de...” (EVARISTO, 2011b, p. 93).

Todavia, essa persona entrelaçada a feridas incorporadas pelas mulheres negras retratadas em sua antologia, também é entrecortada pelo papel exercido por Foucault e Deleuze e criticado, embora o seja também exercido, por Spivak. Maria da Conceição Evaristo de Brito, intitulada Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense, não só tem acesso, como também participa dos meios em que se instituem os saberes hegemônicos. Conquanto abrigue em sua fala demandas advindas das camadas mais subjugadas dos extratos sociais brasileiros, Evaristo tem

também seu discurso fortemente ancorado no posto de intelectualidade a ela conferido. A veiculação de suas ideias e ideais será, portanto, continuamente influenciada (privilegiada/marginalizada) em virtude dos vínculos e afiliações que ela venha a estabelecer no interior da academia.

Desse modo, ao instituir como um dos objetivos de sua escrita ser “porta-voz das vozes das mulheres negras”, Evaristo, encurralada no limiar identitário supracitado, incita-nos uma dúvida maior: por meio da fala que percorre toda a obra ficcional da autora e, especialmente, *Insubmissas lágrimas de mulheres*, será possível ouvir incólume a voz daquelas a quem a autora deseja representar (aquelas que, em muitos aspectos, a autora também o é)? Em outros termos, tomando por empréstimo a expressão pós-colonial, pode-se afirmar que o subalterno fala através da voz autoral de Conceição Evaristo?

A despeito de demarcar a representação social como um dos objetivos centrais de sua escrita — e aqui utilizamos o termo em sua semântica ambivalente, salientada por Spivak (2010, p. 33): falar por e “re-presentar” — a autora de *Insubmissas lágrimas de mulheres* não parece pretender que seu discurso seja exaltado, ou sequer reconhecido, como canal puro em que atravessam e ressoam vozes outrora silenciadas. Acreditamos que, no movimento de portar a voz das mulheres e, em especial, a das mulheres negras, Evaristo, consciente e subversivamente, vale-se dos amplificadores e equalizadores corriqueiramente utilizados pelas forças dominantes, a fim de subjugar determinados conjuntos sociais. Assim como proposto por Foucault e Deleuze e ratificado por Spivak, julgo que Conceição Evaristo compreenda a urgência de se corromperem as vias de irradiação do saber e do poder e que, compreendendo tal demanda, procura satisfazê-la também penetrando nos próprios domínios de onde emana a opressão, dentre eles, a literatura.

Nesse ato da escrita como insubordinação, identifico o grande préstimo de Evaristo e, principalmente, dos contos de *Insubmissas lágrimas de mulheres* para o debate das políticas de minorias na contemporaneidade. Valendo-se de um lugar de identidade frequentemente subalternizado — a condição de mulher — a escrita evaristiana recorre a temáticas como o corpo, a maternidade e o pertencimento étnico-racial, para demonstrar como esse mesmo espaço pode converter-se em *locus* de empoderamento e rebelião. Nesse sentido, escrever aqui não significará a simples pretensão de dar voz às margens, mas sim de ressignificá-las, ressitua-las e desconstruí-las, dando a elas, enfim, contornos outros que os ancestralmente elegidos pelos lugares de fala hegemônicos.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: **O rumor da língua**. Tradução de Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DUARTE, Eduardo Assis; FONSECA, Maria Nazaré (Orgs.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. In: Maria Nazareth Soares Fonseca; Terezinha Taborda Moreira (Orgs.). **Literatura Scripta**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

_____. In: DUARTE, E. A. e FONSECA, M. N. (Orgs.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2011a, p. 103-116. Entrevista de Conceição Evaristo concedida a Eduardo Assis Duarte.

_____. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011b.

_____. **Depoimento da escritora Conceição Evaristo**. [s.l.], 07 set. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=heHftI429U4>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **Ditos e escritos**. Vol. V. Ética, sexualidade e política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 144-162.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado (Org.). Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. O que é o autor? In: **Ditos e escritos**. Vol. III. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense, 2009, 264-298.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro/Brasília: Ed. José Olympio/INL-MEC, 1980.

IPEA. Situação social da população negra por estado. Brasília: IPEA, 2014.

KLINGER, Diana. **Escritas de si e escritas do outro**: auto-ficção e etnografia na literatura latino-americana contemporânea. 2006. 206 f. Tese (Doutorado em Letras. Literatura Comparada) – UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

NINA RODRIGUES, Raimundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SANTOS, T. L. Leis e Religiões: as ações do Estado sobre as religiões no Brasil do Século XIX. In: Anais do IV encontro do GT Nacional história das religiões e das religiosidades. Memória e narrativas as religiões e religiosidades. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 5 n. 15, jan/2013 , 2013. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/anais4/st16/7.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

SARTRE, Jean-Paul. **Que é a literatura?** Tradução de Carlos Felipe Moisés. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

[Recebido: 15 out. 2016 – Aceito: 11 nov. 2016]